

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE
ECONOMIA DA 9ª REGIÃO – PARÁ E
AMAPÁ, REALIZADA DIA 28 DE SETEMBRO
DE 2021, EM BELÉM-PA.

PARTICIPANTES: Conselheiros Regionais: Roberto Carlos Quintela de Alcantara, Kleber Antonio da Costa Mourão, Pablo Damasceno Reis, Sérgio Felipe Melo da Silva, Luiz Euclides Barros Feio, Hellen Ferraz Berbel Bentes, Renan Alves Brandão, Marcio Bastos Guerra, Antônio Fernando Ramos, Conselheiro Federal Omar Correa Mourão Filho e os empregados Maria Goretti Sarmanho, Edimilson Oeiras, Cantarely Costa e Glaucia Barata de Lima. Em virtude da Pandemia do Corona Vírus, a plenária foi realizada em plataforma virtual para manter as medidas de distanciamento social. Justificaram a ausência os Conselheiros Marcus Vinicius Gomes Holanda, Mário Vasconcelos Sobrinho, André Cutrim Carvalho, e Tânia Muricy Nascimento. **ABERTURA:** Às dezesseis horas do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, o Presidente Roberto Alcantara abriu a sessão. Deu início aos trabalhos, tornando efetivos os Conselheiros Suplentes Hellen Ferraz Berbel, Renan Alves Brandão e Marcio Bastos Guerra, sendo aprovado pelos Conselheiros presentes. **INFORMES. 1.1.** O Presidente informou sobre a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) que representa um marco regulatório nacional em matéria de proteção de dados pessoais, buscando ampliar a segurança dos dados a partir da padronização de normas e práticas. Neste contexto, a LGPD objetiva proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo. Considerando que as Administrações Públicas, incluindo os Corecon's, por concentram um grande volume de dados pessoais, a LGPD não poderia deixar de abordar o tratamento de dados realizado por estes entes públicos da administração indireta. O regional já está trabalhando nesse sentido para atender a nova legislação em vigor. **1.2. Ofício Circular nº 0104/2021/Cofecon:** Foi enviado pelo COFECON um expediente sobre a realização do Encontro Nacional de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons, ocorrido nos dias 19 e 20/08/2021, informando as principais pautas discutidas e agradecendo a participação de colaboradores e Conselheiros. O evento contou com palestras e oficinas, segmentadas para proporcionar a capacitação profissional e o desenvolvimento pessoal. **1.3 Ofício Circular nº 0103/2021/Cofecon - Participação feminina no sistema Cofecon/Corecons:** Este expediente informou que no dia 25/08/2021, durante as comemorações do Dia do Economista, foi realizada uma live sobre a Participação Feminina no Sistema Cofecon/Corecons, organizada por iniciativa da Comissão Mulher Economista, buscando atender um dos objetivos propostos no programa de trabalho da comissão para 2021, que foi o de assegurar a participação feminina nas plenárias do Cofecon e regionais, sejam como Conselheiras Efetivas ou Suplentes e na Presidência e/ou Vice-presidência das Autarquias, destacando para que os regionais incentivem a participação feminina nas chapas a serem constituídas. **1.4. Ofício Circular nº 0102/2021/Cofecon:** O ofício informou sobre os critérios definidos pela Comissão Eleitoral do Cofecon para verificação dos Economistas aptos a votarem nas Eleições 2021, conforme dispõe o art. 1º do Regramento previsto na Resolução nº 1.981, de 23 de outubro de 2017, sendo informado que a gerente executiva Maria Goretti é a responsável pela remessa dos colégios eleitorais. **1.5. Ofício Circular nº 0100/2021/Cofecon - Convocação para a 707ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Cofecon:** Neste expediente, o Cofecon convocou os Corecons para a participarem da 707ª Sessão Plenária Ampliada realizada no dia 11/09/2021, em conjunto com os Conselheiros Federais, cujo objetivo foi discutir assuntos de interesse do Sistema Cofecon/Corecons. **1.6. Convite Projeto JUCEPA itinerante por todo o Pará:** O presidente informou que a Junta Comercial do Pará – JUCEPA convidou o regional para participar do próximo Seminário JUCEPA Itinerante por todo o Pará, com a oferta de palestras e outras atividades em vários municípios como a Região do Rio Capim, Lago de Tucuruí e Carajás, Rondon do Pará, Jacundá, Marabá, Barcarena, Tucuruí, Altamira etc. **1.7. E-mail do TCU para participação dos Conselhos no e corrupção:** O Presidente informou sobre o recebimento de um e-mail enviado pelo Secretário do TCU, Sr. Arildo Oliveira, solicitando colaboração dos Corecon's na adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), lançado no Estado do Pará em 2021. Trata-se de uma proposta voltada aos gestores das organizações públicas das três esferas de governo e dos três poderes em todos os Estados da Federação, operacionalizado por meio de uma plataforma de autosserviço on-line contínua denominada e-Prevenção. Através desta plataforma é realizada uma auto avaliação da instituição administrada para identificar os pontos mais vulneráveis e suscetíveis à ocorrência de fraudes. E a partir desse diagnóstico, será sugerido um plano

55 de ação específico para a implantação de controles adequados às necessidades da Entidade jurisdicionada
56 pelo TCU. A plataforma oferecerá também, treinamentos, modelos e parcerias com órgãos e entidades
57 públicas e privadas para a implantação de mecanismos de prevenção à corrupção. **1.8. Ofício**
58 **Circular n.º 0107/2021/Cofecon - COAF - Estatísticas do Sistema Cofecon/Corecon com dados relativos**
59 **à fiscalização consolidada de 2016 a 2021.** O Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF
60 oficiou o Sistema Cofecon/Corecons sobre a necessidade de cumprimento da Recomendações da CGU
61 n.º 174314, que além de publicitar no portal do COAF informações gerenciais relativas ao resultado da
62 fiscalização e aplicações de responsabilidades administrativas pelos setores, em cumprimento à citada
63 recomendação da CGU, os dados requisitados precisam ser respondidos mediante o fornecimento de
64 informações dos Conselhos Regionais de Economia, encarregados do exercício de fiscalização em suas
65 federações. **1.9. Ofício Circular n.º 0121/2021/Cofecon - Comunica aos Regionais a realização de**
66 **auditoria pelo TCU no âmbito dos Conselhos de Fiscalização Profissional, para avaliação da**
67 **sistemática adotada na inadimplência.** Informa que será realizada uma Auditoria Operacional com a
68 finalidade de avaliar a sistemática da cobrança dos inadimplentes e as atividades serão realizadas durante o
69 segundo semestre de 2021. A equipe do TCU, responsável pela referida fiscalização poderá entrar em contato
70 diretamente com os regionais para informações e dúvidas referentes a esta auditoria preventiva. **1.10. Ofício**
71 **Circular n.º 0108/2021/Cofecon - Alteração da Lei n.º 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dispõe**
72 **sobre a cobrança realizada pelos conselhos profissionais:** O Ofício em questão comunicou que em
73 27/08/2021 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei n.º 14.195, de 26 de agosto de 2021, a qual, entre
74 outras questões, *dispõe sobre as cobranças realizadas pelos Conselhos Profissionais.* As alterações
75 promovidas serão objeto de análise por parte do Cofecon, oportunidade a qual as orientações e eventuais
76 alterações nas normas interna que regem esta matéria, serão realizadas e posteriormente divulgadas no
77 âmbito do Sistema Cofecon/Corecon. **1.11. Estatística de arrecadação com o VIII RECRE:** O Presidente
78 informou aos Conselheiros presentes sobre a arrecadação obtida com o VIII Plano de Recuperação de
79 Créditos de 2021. *Seguem os dados do Estado do PARÁ: 59 economistas renegociaram e o valor total*
80 *arrecadado foi de R\$ 94.022,97 (com desconto de multa e juros), o valor recebido foi de R\$56.773,66 e o*
81 *valor a receber foi de R\$37.249,31. Resumindo, foram feitas 26 renegociações de débitos a vencer e 33*
82 *foram quitadas: O valor total inicial: R\$121.638,97 (até 30/06/2021). Passando para os dados do AMAPÁ,*
83 *os resultados obtidos foram: Total de economistas que renegociaram: 9; Valor total renegociado foi de*
84 *R\$ 19.664,20 (com desconto de multa e juros); O valor recebido foi de R\$ 4.522,43; O valor a receber:*
85 *R\$ 15.141,77; Renegociações a vencer: 3; Renegociações quitadas: 6 e o valor total inicial: R\$23.618,93.*
86 Para complementar, o Presidente informou que o total de adimplentes no Pará é de 739 economistas e no
87 Amapá 25 economistas. **1.12. Atualização Anual de Cadastro 2021:** O Presidente informou a todos que
88 está em andamento a atualização anula de cadastro dos economistas e pediu apoio dos Conselheiros para a
89 divulgação da ação. **2. Ordem do dia. 2.1. Aprovação da ATA da 6ª Reunião Ordinária de 2021.**
90 O Presidente apresentou a Ata da 6ª Reunião Plenária de 2021, enviada previamente por e-mail, que após
91 apreciada, foi aprovada pelos Conselheiros presentes. **2.2. Homologação de registros em geral: Homologar**
92 **novo registro definitivo pessoa física:** Processo n.º 119/2021-CORECON-PA/AP-JOÃO GABRIEL
93 ROCHA GUIMARÃES; Processo n.º 120/2021-CORECON-PA/AP- NAYARA DE FRANÇA FARO;
94 Processo n.º 121/2021-CORECON-PA/AP- EMANOELLE SANTOS LUZ; Processo n.º 128/2021-
95 CORECON-PA/AP - DANILO LIMA MARQUES; Processo n.º 131/2021-CORECON-PA/AP - JOSÉ
96 ANACLETO DIAS LIMA; Processo n.º 132/2021-CORECON-PA/AP- GESSIANE DA SILVA PAULINO;
97 Processo n.º 134/2021-CORECON-PA/AP-NATASHA SILVA NORONHA. **Homologar reativação de**
98 **registros definitivos pessoa física.** Processo n.º 116/2021 - CORECON-PA/AP - ANDERSON
99 MONTENGRO DE SÁ; Processo n.º 127/2021-CORECON-PA/AP - LUZ MARINA LOPES DE
100 ALMEIDA; Processo n.º 130/2021-CORECON-PA/AP -MARCILIO DA SILVA MATOS. **Homologar**
101 **novo registro ativo com desconto.** Processo n.º 118/2021-CORECON-PA/AP - JOSÉ DO EGYPTO
102 VIEIRA SOARES. **Negar cancelamento de registro definitivo pessoa física.** Processo n.º 086/2021-
103 CORECON-PA/AP - SILVANA FERREIRA LEÃO. **Homologar novo registro definitivo pessoa jurídica.**
104 Processo n.º 025/2021-CORECON-PA/AP - R. F. COUTINHO DE SOUZA-ME. **2.3. Balanço Financeiro**
105 **2º Trimestre de 2021.** O membro da Comissão de Tomada de Contas do regional, Conselheiro Renan
106 Brandão, apresentou o seguinte parecer: “A Comissão de Tomada de Contas do Conselho Regional
107 de Economia do Pará e Amapá, no exercício de sua atribuição, examinou a Prestação de Contas do
108 2º Trimestre de 2021, constituída pelas seguintes peças contábeis: Balancete Analítico de

109 Verificação, Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrativo de
110 Variações Patrimoniais, razão das contas e extratos bancários do trimestre, onde se encontra
111 demonstrada a arrecadação com anuidades, taxas e emolumentos, cheques, transferências, receitas
112 de cartão, transferências on line através de ted e pix, entre outras. Segue abaixo um resumo das
113 **Receitas/Despesas. Receita Corrente do 2º Trimestre de R\$ 166.778,81 e Despesa Corrente do**
114 **2º Trimestre de R\$ 176.593,33.** Como se observa, neste trimestre foi registrado a ocorrência de um
115 déficit orçamentário, onde a despesa executada ultrapassou a receita realizada em R\$ 9.514,52,
116 representando 5,88%. Com a arrecadação de receitas no 2º trimestre de 2021, no valor acima,
117 houve um acréscimo de 64,25% em relação ao mesmo período no exercício de 2020, cuja
118 arrecadação fechou em R\$ 101.324,18. A CTC do Regional informou também o fluxo de receitas
119 arrecadadas com a implantação do PROGRAMA NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE
120 CRÉDITO–VIII RECRE, cujo primeiro período de renegociações foi iniciado em 2020 no mês de
121 junho e encerrou no dia 31/12/2020, registrando no total uma arrecadação de R\$ 227.649,95 com
122 as renegociações. Jurisdição do Estado Pará (PA). Valor total renegociado (com desconto):
123 R\$ 227.649,95. Valor total recebido: R\$ 152.280,38. Valor total a receber: R\$ 75.369,57.
124 Jurisdição do Estado do Amapá (AP). Valor total renegociado (com desconto): R\$ 8.364,02. Valor
125 total recebido: R\$ 6.437,53. Valor total a receber: R\$ 1.926,49. Ressaltamos que em 2021, o VIII
126 RECRE foi prorrogado pelo COFECON no mês de março e vigorou em seu 1º período até
127 30/06/2021, sendo prorrogado novamente (2ª prorrogação) até 31/12/2021, registrando os
128 seguintes resultados abaixo discriminados: Jurisdição do Estado Pará (PA). Valor total
129 renegociado (com desconto): R\$ 148.408,65. Valor total recebido: R\$ 63.531,03. Valor total a
130 receber: R\$ 84.877,62 - Jurisdição do Estado do Amapá (AP). Valor total renegociado (com
131 desconto): R\$ 22.690,95. Valor total recebido: R\$ 4.357,60. Valor total a receber: R\$ 18.333,35.
132 Diante dos valores apresentados ressaltamos que nos últimos resultados da arrecadação com o
133 Recred, já no exercício de 2021, os valores se reconfiguram devido as renegociações que não foram
134 cumpridas, gerando os valores acima atualizados. Informamos também que no período de
135 encerramento do 2º trimestre de 2021 o saldo bancário total registrado foi de R\$ 315.694,85
136 (Trezentos e quinze mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos).
137 Considerando as explicações deste relatório, além das sugestões de que todas as despesas
138 variáveis a serem executadas até o final do exercício precisam ser analisadas antes de sua
139 execução, para compatibilizar com os recursos arrecadados, objetivando sempre manter um
140 equilíbrio financeiro. Em complementação, a CTC sugeriu que seja feito um demonstrativo resumo
141 contendo a previsão de valores de anuidades dos Economistas que se encontram inadimplentes e
142 que estão trabalhando nos órgãos públicos, que necessitam de obrigatoriedade de regularidade do
143 registro profissional. Diante do exposto pelos membros da CTC com o auxílio da equipe técnica,
144 encaminhamos o presente parecer para apreciação dos nobres Conselheiros regionais.”
145 Diante do exposto, em votação, o Balanço Financeiro 2º trimestre de 2021 foi aprovado por
146 unanimidade pelos Conselheiros presentes. **2.4. 1ª Reformulação Orçamentária:** Da mesma forma,
147 membro da CTC, Conselheiro Renan Brandão, apresentou o seguinte parecer: *Em Receitas, foi*
148 *suplementado o valor total de R\$ 102.131,52 (Cento e dois mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e dois*
149 *centavos) e para atender este remanejamento de rubricas orçamentárias, as reduções também totalizaram o*
150 *valor de R\$ 102.131,52, sem alterar o valor inicialmente orçado para 2021, de R\$ 901.654,61. Em*
151 *Despesas: foi suplementado o valor total de R\$ 44.414,75, para atender o remanejamento das rubricas*
152 *orçamentárias, e as reduções totalizaram o valor de R\$ 44.414,75, portanto, sem alterar o valor que foi*
153 *inicialmente orçado para executar em 2021, de R\$901.654,61.”* Após leitura do parecer, a 1ª Reformulação
154 Orçamentária 2021 foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes. **2.5. Baixa de Registros**
155 **falecidos via ofício e dados junto a Receita Federal:** O Presidente apresentou a listagem dos Economistas
156 que estavam gerando inconsistências no sistema, referente à ausência de cadastro de telefones celulares e
157 residencial e e-mail s, que estavam desatualizados. Informou que após pesquisa e coleta de dados junto aos
158 CPFs no cadastro da Receita Federal, foi constatado que 23 economistas estavam com o status de situação:
159 “TITULAR FALECIDO”. Tomando como base os procedimentos internos de baixa de registros via ofício,

160 estes economistas deverão ter seus registros baixados no sistema Siscafz, como falecidos. E nada mais
161 havendo a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos às dezessete horas e quinze minutos,
162 agradecendo a participação de todos, dos quais eu, Gláucia Barata de Lima, lavrei a presente Ata que, vai
163 assinada por mim e pelo Presidente da Sessão. Belém, vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um.

164
165
166
167



Roberto Carlos Quintela de Alcantara
Presidente



Gláucia Barata de Lima
Secretária ad hoc